

RESENHA

O harém das bananeiras reúne crônicas publicadas por Carlos Heitor Cony na imprensa, de 1997 a 1999. A seleção obedece ao critério mais usual na organização de livros de crônicas, ou seja, registrar os textos menos circunstanciais, aqueles que tendem a permanecer interessantes independentemente do reconhecimento, pelo leitor, das notícias e dos *faits divers* que nutrem a inspiração de dez entre dez dos profissionais da imprensa a que chamamos cronistas. Ocorre que, à maneira do que acontece para grande parte de nossos cronistas – como, por exemplo, Machado de Assis, Rubem Braga e Carlos Drummond de Andrade – às vezes o “cronos” que compõe a crônica mantém apenas uma tênue relação com o presente.

Algumas vezes, o presente comparece apenas para intermediar a evocação do passado; outras vezes, tudo é memória. Praticamente nenhuma crônica de *O harém das bananeiras* comenta a recente vida política nacional, assunto tão freqüente na coluna diária de Cony. Uma delas teoriza a diferença entre a memória individual e a memória coletiva. A grande maioria se debruça sobre a memória individual do próprio autor: memória de fatos passados, de pessoas do passado, dele próprio no tempo passado. E não parece ter havido dificuldade para reunir, segundo esses critérios, os 100 textos, que em sua grande maioria foram publicados originalmente na *Folha de S. Paulo*.

Espécie de continuação do volume intitulado *Os anos mais antigos do passado* (Rio de Janeiro: Record, 1988), *O harém das bananeiras* impressiona pelo caráter confessional. O autor de *Quase memória* prossegue, aqui, sua luta contra os fantasmas que teimam em assombrá-lo. Alguns desses fantasmas migram, ao longo dos tempos, dos romances antigos para as crônicas recentes, dos textos ficcionais para os textos autobiográficos. Há fantasmas no âmbito privado, como o pai jornalista que “cata milho” numa velha Olivetti, ou a ex-namorada que insiste em rever o cenário do amor antigo. Há também fantasmas do cenário público: Glauber Rocha e os candidatos a figurantes de seus filmes; o jornalista Joel Silveira; Bigode, Zizinho e Ademir, jogadores da seleção derrotada pelo Uruguai na fatídica final da Copa de 1950.

Cony estava no Maracanã nesse dia: foi, viu, sofreu. Por isso, tem direito a reivindicar a construção do “túmulos do torcedor desconhecido”. Mas ele está vivo!, poderiam argumentar. Sim, e não. Em grande parte de suas crônicas recentes, o fantasma central é o próprio Cony. Depois de ter escrito *Quase*

memória (1995), ele vem se dedicando mais e mais à quase-biografia, confirmando a tendência memorialista presente desde seu primeiro romance. Esse fantasma “ele-próprio” pode surgir, mais ou menos ficcionalizado, sob a batina do seminarista, garoto tímido com as mulheres e com as bananeiras. Surge também como o fantasma que se percebe, recentemente, fazendo “coisas que não fazia”, por exemplo, circular no castelo de *Caras* (a revista não é nomeada na crônica). Lá, dormindo na cama de Luiz XIII, ele sonha com outro fantasma. No sonho, Ziraldo – que na vida real criticou a viagem de Cony ao referido castelo – tenta convencê-lo a usar coletes. Talvez a divergência entre os antigos companheiros de imprensa seja circunstancial, talvez a piada perca a graça com o tempo. Não importa. Esse texto foi incluído no livro, possivelmente, porque ajuda a compor um mosaico biográfico.

O mosaico esboçado, como toda biografia, não está livre de contradições. Se a estada no castelo do vale do Loire é motivo de humor e diversão, a ida a um “festivo festival dos festejados” é um tormento. O argumento para o convite era o de que a presença do escritor “abrilhantaria o evento”. Convite aceito muito a contragosto, nada mais restava além de fazer a barba, num esforço para parecer simpático. Gesto inútil: “Nem mesmo que esfolasse a cara ficaria simpático”(p. 147).

Outro exemplo das oposições desse personagem-autor: ora se reconhecendo como o “único ateu do universo que é devoto de Maria, de Santo Antônio, de São José e do Anjo da Guarda” (p. 269), ora insistindo em demonstrar seu desencanto de homem “vergado aos anos”, confessa todo o seu esforço para que o netinho continue a acreditar no Papai Noel. Se, por um lado, ele ainda se envergonha profundamente da mentirinha contada ao pai na década de 30 (tentativa frustrada de esconder que tinha se esquecido de comprar tomates), sua norma é achar que “a verdade é uma questão de opinião e não de informação” (p.115).

O menino tímido e mudo cedeu lugar ao escritor prolífico. Escrever sobre “os anos mais antigos do passado” é tentativa de resgatar certa exclusão. Cony teoriza sobre a nostalgia, encarada como “saudosismo cretino”, por oposição à benvinda melancolia. A vida que poderia ter sido e que não foi – como diria Manuel Bandeira – é fonte constante de lirismo. Um beijo ficou por dar. Caso tivesse sido dado, esse beijo tornaria o sujeito menos amargo, ainda que mais triste. Por que é preferível lembrar o que ficou por fazer, em vez de gozar os sucessos obtidos?

Responder a essa pergunta é jogar o jogo de Cony: reconhecer um sujeito meio ficcional, meio real, que agrega em palavras sua tentativa de compreensão de si próprio e do mundo. Quem escreve é alguém ávido em achar o espaço a

ser preenchido, a história a ser criada. Fora do Brasil, esse espaço pode ser a França, ou, mais frequentemente, a Itália, cenário de várias crônicas com jeito de guia turístico personalizado.

Falar do que ficou resolvido não é vantagem. Falar do que ficou por resolver pode gerar uma narrativa. No limite, pode até fornecer a oportunidade para o reconhecimento de alguma melhora trazida por esse criador de fantasmas chamado tempo. Testemunha ocular, repórter de acontecimentos de interesse histórico, Cony também tematiza sua ojeriza à tecnologia, iniciada no convívio com o primeiro rádio elétrico da família. Mais tarde, ele próprio viu a telinha da TV levar o incômodo mundo para dentro de casa, até que sucumbiu à sedução do computador, assunto para o qual dedica meia dúzia de textos deste livro.

Cony abomina as relações virtuais dos internautas, bem como o cheiro “de cabine de avião” dos *notebooks*, tão desprovido da magia que o cheiro do estojo escolar do Jardim de Infância lhe trouxera. Depois, compara o asséptico *mouse* a um rato atropelado. Pesando prós e contras, comparando ratos e ratos, ele não deixa de admitir que o *mouse*, incapaz de melhorar seu estilo ou suas idéias, melhora o visual dos seus textos. Fica impossível, assim, “recusar a evidência”: “depois de um jejum de 23 anos, em menos de um mês desovei um quase-romance e logo em seguida um outro e depois um terceiro” (“Uma valsa no início da noite”, p. 153).

O instrumento para a composição dos textos é *up to date*. A memória, realimentada no dia-a-dia da profissão e da vida, não tem por que reivindicar atualização. Pessoas costumam sempre ter espaço em seu “disco rígido”, mesmo quando são perseguidas por fantasmas, ou, no dizer de Cony, “À medida que o tempo passa, cada um de nós tem menos direito à esperança e mais espaço para a memória.” (p. 94).

O harém das bananeiras reafirma a força do memorialismo na obra de Carlos Heitor Cony. Da natureza fragmentária das crônicas à relativa homogeneidade que o livro lhes confere, o leitor tem à mão mais essas 100, editadas em formato até hoje insuperável: a encadernação de páginas brancas cheias de letrinhas pretas. Matéria de memória.

Raquel Illescas Bueno
UFPR